

ORDEM DA INTERAÇÃO, EMBARAÇO E A AGÊNCIA DO SELF NA OBRA DE ERVING GOFFMAN

CAMILA PENNA DE CASTRO

RESUMO

Este artigo analisa a influência do estrutural-funcionalismo no pensamento de Goffman através da discussão de dois temas centrais em sua obra, “ordem da interação” e “embaraço”. O propósito é averiguar em que medida a presença da perspectiva estrutural-funcionalista tem implicações para a capacidade de agência que Goffman confere ao self. Isso é feito buscando se responder à seguinte pergunta: seria o papel do self apenas o de reproduzir as estruturas sociais mais amplas ou teria o self capacidade de produzir mudanças na definição da situação e na ordem da interação?

Argumenta-se que há, na obra de Goffman, a possibilidade para a apreensão de um self dotado de maior agência, como em “Estigma” (1963), onde alguns indivíduos assumem identidades sociais que buscam definir a situação de forma menos estigmatizante para eles, conferindo outras interpretações (menos negativas) a seus estigmas na ordem de interação. Mas há também espaço para vislumbrar um self que apenas reproduz as convenções sociais ao “preencher” papéis em conformidade com a definição da situação convencional, o que o permite evitar situações de embaraço.

PALAVRAS - CHAVE

Goffman, agência, self, embaraço, ordem da interação.

INTRODUÇÃO

A obra de Goffman foi de importância fundamental para o desenvolvimento da sociologia (Jacobsen 2010; Scheff 2003; Fine e Manning 2000; Martins 2008; Velho 2008). Embora seus últimos escritos tenham sido realizados há aproximadamente três décadas, existe uma vasta e atual produção sobre o autor. Em 2010, foi lançado o livro “The Contemporary Goffman” organizado por Michael Jacobsen, que compila análises e críticas de diferentes autores sobre a atualidade do trabalho de Goffman. Afora este, em torno de uma dezena de livros dedicados exclusivamente à análise de sua obra já foram publicados. No Brasil, cabe destacar a publicação do dossiê “Goffman” na Revista Brasileira de Ciências Sociais em 2008, com artigos de especialistas brasileiros sobre o tema.

A importância da obra de Goffman para o desenvolvimento da teoria sociológica é alvo de discussão entre seus revisores. Alguns autores apontam para o fato de que sua obra não visou desenvolver nenhuma teoria específica dentro do campo da sociologia (Freidson 1983) ou que o autor não pode ser considerado um teórico que avançou em modelos e concepções teóricas (Fine e Manning 2000; Scheff 2003). Contudo, também se assinala o impacto definitivo da obra de Goffman no desenvolvimento da sociologia (Jacobson 2010) e argumenta-se que ele é o sociólogo americano mais influente do século XX (Fine e Manning 2000).

Ainda que não estivessem interessados em desenvolver uma teoria geral da sociedade (Fine e Manning 2000), os trabalhos de Goffman tiveram impacto no desenvolvimento de teorias de sociólogos influentes. Como assinala Trajano Filho (2008), seus trabalhos trouxeram aportes significativos para a teoria social, notadamente na disputa dos anos 1980 e 1990 em torno da construção de uma teoria da prática. Outra influência visível é na formulação das noções de consciência prática e de agência na teoria da estruturação de Anthony Giddens. Essas noções teriam sido desenvolvidas a partir das análises de Goffman sobre as ocasiões situadas e de co-presença (Trajano Filho 2008: 167).

Scheff (2003) aponta mais três contribuições centrais da obra de Goffman: ela forneceu um vocabulário para descrever o micro-mundo; retratou os seres humanos usualmente incluindo emoções, além de pensamentos e ações; e seu método de investigação terminou por minar a pretensa realidade da nossa sociedade ao desconstruir o *self* como um indivíduo isolado – seu exemplo mais proeminente. Para Freidson (1983), o valor do trabalho de Goffman se deve à sua intensa humanidade individual e a seu estilo, não à sua relação sistemática com alguma teoria social ou à sua tentativa de avançar tal teoria.

Embora alguns de seus críticos apontem para o fato de que Goffman “*não teria feito muita, se alguma, contribuição para a teoria, o método ou a evidência empírica tal como estas categorias vieram a ser entendidas nas ciências sociais*” (Scheff 2003: 52), ou ainda para o fato de que o autor dificilmente pode ser considerado um teórico social convencional, não cabendo facilmente em nenhuma corrente teórica (Fine e Manning

2000), é importante ressaltar que ele tinha uma visão convencional da sociologia como ciência:

Eu suponho que pode-se trabalhar em direção a uma ciência social livre de valores (...) que uma pessoa pode estar errada em seus achados. Que uma afirmação possa estar mais perto, ou mais acurada, mais válida que outra e que as coisas tem uma estrutura. Eu não estou certo de nada disso, mas essa é a hipótese a partir da qual opero. (...) Eu não adoto uma visão radical, avaliacional, subjetivista. Eu não sou um etnometodologista de forma alguma (Verhoeven 1993: 326-327).

Está presente em parte da bibliografia que revisa e comenta a obra de Goffman o debate sobre em que medida a obra do autor estaria mais próxima do pensamento da Escola de Chicago e daquilo que em 1967 Blumer chamou de interacionismo simbólico, ou estaria mais próxima do estrutural-funcionalismo. O próprio Goffman, em entrevista realizada em 1980, identifica como influências mais fortes Durkheim e Radcliffe-Brown do que o próprio Blumer em seu pensamento¹. Contudo, a importância dada às interações face a face e à pesquisa empírica da vida cotidiana são temas que o aproximam da primeira e da segunda geração da Escola de Chicago, assim como sua concepção de *self* baseada na obra de George Herbert Mead. Seus últimos trabalhos, que analisam a percepção e construção da realidade por meio de sistemas de linguagem, também o aproximam da fenomenologia.

Este artigo analisa a influência do estrutural-funcionalismo no pensamento de Goffman através da discussão de dois temas centrais em sua obra, “ordem da interação” e “embaraço”. O propósito é averiguar em que medida a presença do estrutural-funcionalismo tem implicações para a capacidade de agência que Goffman confere ao *self*. Isso é feito buscando-se responder às seguintes perguntas: seria o papel do *self* apenas o de reproduzir as estruturas sociais mais amplas, através da interpretação de papéis congruentes com a lógica e função de determinado ritual, evitando assim situações de embaraço? Ou teria o *self* capacidade de produzir mudanças na definição da situação e na ordem da interação ao projetar uma identidade social diferente daquela esperada ou funcional, a despeito da situação de embaraço?

Argumenta-se que há, na obra de Goffman, a possibilidade para a apreensão de um *self* dotado de maior agência, como em “Estigma” (1963), onde alguns indivíduos assumem identidades sociais que buscam definir a situação de forma menos estigmatizante para eles, conferindo outras interpretações (menos negativas) a seus estigmas na ordem de interação. Mas há também espaço para vislumbrar um *self* que apenas reproduz as convenções sociais ao “preencher” papéis em conformidade com a definição da situação convencional, o que o permite evitar situações de embaraço. Argumenta-se também que

1 Outras influências mencionadas por Goffman foram: Lloyd Warner, Everett Hughes e Max Weber.

essa possibilidade de apreensão de um *self* ora dotado de maior agência e ora dotado de menor agência está relacionada à concepção relacional de *self* na obra de Goffman, derivada, como ele próprio afirma, de George Herbert Mead.

ORDEM DA INTERAÇÃO E DEFINIÇÃO DA SITUAÇÃO

A crítica central de Goffman à perspectiva de Blumer do interacionismo simbólico diz respeito a seu caráter abstrato e à impossibilidade de oferecer uma análise adequada *da ordem da interação*. Para ele, seria importante, depois de explorar as relações e os processos sociais de forma sistemática, oferecer um caminho, um padrão, uma estrutura sobre estes. Ou então não se analisou nada de fato. Portanto, o problema com o interacionismo simbólico na sistematização de Blumer é o de que ele seria uma abordagem meramente crítica e primitiva, que não satisfaz nada a não ser que o objetivo seja criticar a sociologia. Como não provê uma estrutura ou organização para a área específica em estudo, fica no campo só da crítica. Quando se vai de fato estudar alguma coisa, interessa mostrar que existe algum tipo de organização ou estrutura nessa coisa (Verhoeven 1993).

Goffman estava, pois, interessado em apreender a ordem da interação, uma vez que esta apreensão seria necessária para a explicação. Seu último trabalho, o discurso que escreveu (mas não proferiu devido à sua morte prematura) no momento de assumir a presidência da American Sociological Association (ASA), em 1982, foi intitulado “A ordem da interação”. Esse trabalho faz uma defesa daquilo que Goffman considerava a preocupação central de todo o seu trabalho: promover a aceitação do domínio face a face como um domínio analiticamente viável – um domínio que pode ser intitulado “ordem da interação” (Goffman 1982: 2)². As interações face a face ou a ordem de interação é o tema substantivo dos interesses de pesquisa de Goffman (Trajano 2008).

Em “A representação da eu vida cotidiana” (1959), o objetivo de Goffman é analisar a “estrutura dos encontros sociais – a estrutura daquelas entidades da vida social que surgem sempre que as pessoas entram na presença física imediata umas das outras” (Goffman 1959: 231). A compreensão da estrutura ou da ordem da interação é central no pensamento de Goffman. Isso está relacionado à sua ideia de explicação sociológica, como discutido acima. Mas a interação aqui, como uma ordem de atividade, é de fato ordenada. E esse ordenamento é resultado, em larga medida, de pressuposições cognitivas compartilhadas. O funcionamento dessa ordem de interação pode ser facilmente visto como consequência das convenções sociais (Goffman 1982).

O fator fundamental para a manutenção dessa ordem ou estrutura de interações é a manutenção da *definição da situação*, de forma expressa, em face às múltiplas rup-

² Ordem da interação pode ser vista como “a consequência dos sistemas de convenções permitidas, no sentido de regras básicas para o jogo, como as provisões de um código de trânsito ou as regras de sintaxe da linguagem” (Goffman 1982: 5)

turas. Definição da situação é uma representação da situação apreciada pelo sujeito que é, para o estudo de comportamento, uma fase muito importante da realidade (Thomas 1936). Essa definição é uma interpretação ou um ponto de vista adotado antes de qualquer ação. A decisão de agir ou não de acordo com determinada linha é sempre precedida por uma definição da situação (Thomas 1936).

Goffman aponta que, no caso de uma interação, podemos comumente verificar que a “definição da participação projetada por um determinado participante é parte integral de uma projeção alimentada e mantida pela íntima cooperação de mais de um participante” (Goffman 1959: 76). A lógica cooperativa na definição da situação pode ser observada na descrição de Goffman de sua unidade de análise em “A representação do eu na vida cotidiana”: a equipe. Uma equipe é um “conjunto de indivíduos cuja íntima cooperação é necessária para ser mantida uma determinada definição projetada da situação” (Goffman 1959: 99). O livro trata das técnicas e recursos utilizados pelos indivíduos e pelas equipes para manter e controlar determinada definição da situação, o que é feito por meio do controle das impressões que as pessoas querem que as outras tenham de si em um contexto de interação.

Trabalhando o tema do poder e da definição da situação na obra de Goffman, Gastaldo (2008) assinala que existem várias formas de se definir a mesma situação e que a maior ou menor capacidade de definir a situação está permeada por relações de poder. “A relação de poder existe na medida em que algumas definições da situação são mais legítimas do que outras, e essa legitimidade é a resultante de quem tem o poder de propor e sustentar a definição” (Gastaldo 2008: 150).

Em “Frame Analysis” (1974), Goffman trabalha os aspectos cognitivos da definição da situação, mais especificamente, de como se chega a essa definição (Velho 2008). O conceito de *frame* para Goffman está referido à forma pela qual os indivíduos organizam suas experiências para apreender sua posição e determinar sua ação em situações específicas. O enfoque está nas estruturas de experiências que irão constituir os *frames* e na identificação do *frame* específico como determinante das ações sociais:

Eu assumo que definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os eventos sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; *frame* é a palavra que eu uso para referir a esses elementos básicos que eu sou capaz de identificar (Goffman 1974: 10).

Esta obra recebeu diversas críticas, dentre as quais a de que significava um afastamento da perspectiva do interacionismo simbólico e uma filiação ao estruturalismo na medida em que “descentralizava” o *self* (Denzin e Keller 1981). A esta crítica, Goffman (1981) responde reafirmando a influência de Durkheim e de Radcliffe-Brown em sua obra e a sua heterodoxia no tocante ao tratamento dos objetos de pesquisa sociológica:

Minha crença é de que a forma de estudar algo é começar tratando a questão como um sistema, em si próprio e no seu próprio nível, e ainda que esse viés seja encontrado na literatura estruturalista contemporânea, há uma fonte não relacionada, da qual eu bebi, no funcionalismo de Durkheim e Radcliffe-Brown. É esse viés que me levou a tentar tratar as interações face-a-face como um domínio em si próprio. (...) Se o resultado da minha abordagem pode ser construído como “descentralizando” o *self* então eu estou feliz em estar na vanguarda, uma vez que isso não significa uma falta de interesse no *self*, mas meramente um esforço para aproximar sua figuração a partir de direções adicionais (Goffman 1981: 62)

A posição de Goffman sobre o lugar do *self* e da estrutura em sua obra se torna mais clara quando o próprio autor precisa a unidade de análise de sua pesquisa em resposta à pergunta “Posso dizer que em sua abordagem o indivíduo é o ponto de partida mais importante para os sociólogos?” (Verhoeven 1993). Goffman afirma que sua visão ideológica é a de que ele está fazendo a “psicologia social estrutural que é requerida, ou que é natural para a sociologia”.

Nesse sentido o indivíduo não tem papel central ou primordial, mas sim a organização social. Eu sempre estou falando do indivíduo porque eu sou um etnógrafo de pequenas entidades (...). Então muito frequentemente eu acabo falando sobre o indivíduo, mas com isso eu não pretendo levantar o indivíduo para a primeira posição. É apenas meu pedaço do todo – o todo sendo a organização social. Esta é a coisa central (Verhoeven 1993: 323)

Em seu discurso final, Goffman (1982) afirma que sua preocupação central sempre foi estudar a ordem da interação, e que esta se dá em um contexto estrutural mais amplo, destacando que era não um estudioso dos “homens e seus momentos”, mas sim dos “momentos e seus homens”. O autor dedica então algumas páginas desse texto para explorar a relação entre estrutura social e ordem de interação. Em outras obras, como “A representação do eu na vida cotidiana” e “Estigma”, Goffman também toca no tema da relação entre ordem da interação face a face e estrutura social, e, embora esta não seja sua preocupação central nestes trabalhos, a menção ao tema assinala para uma tentativa constante de lidar com esse problema.

Alguns autores ressaltam, como um dos méritos da obra de Goffman, a preocupação em relacionar o nível micro da ordem da interação com o nível da estrutura social mais amplo. Scheff (2003) refuta a crítica de Giddens de que Goffman teria explorado pouco os laços entre a psicologia do indivíduo e os microssistemas das sociedades mais amplas porque ignorou tanto os microssistemas como a psicologia social. Ao contrário, Scheff (2003) afirma que Goffman não tinha nenhum preconceito contra o estudo de

microsistemas. Mesmo em seus trabalhos iniciais, que lidavam mais com a ordem da interação, algumas de suas ideias apontavam em direção a sistemas maiores, como o conceito de instituição total. Em alguns de seus últimos trabalhos (Goffman 1976; e Goffman, 1978), ele estaria indo ainda mais na direção de tais sistemas, notadamente com o estudo dos sistemas de linguagem e de sua relação com as situações sociais.

Trajano Filho (2008) também ressalta que, desde suas primeiras obras, Goffman se mostra preocupado em descobrir a ordem de interação e em estabelecer homologias entre as características dessa ordem de interação no nível microsocial e a ordem social no nível macro. Nesse sentido, afirma que sua unidade básica de análise deveria incorporar “o contexto, as barreiras espaciais e temporais que o circunscrevem e as regulações ou especificações da conduta por ela prescrita (formas ritualizadas de deferência, do saber portar-se e do envolver-se)” (Trajano Filho 2008: 170).

O tratamento que o próprio Goffman dá ao tema da relação entre a ordem de interação no nível das relações face a face e a estrutura social aparece sistematizado em seu último trabalho (Goffman 1982). No tocante à influência das interações face a face na estrutura, ele argumenta que é possível se apontar para formas óbvias pelas quais as estruturas sociais são vulneráveis e dependentes do que ocorre nos contatos face a face, o que leva algumas pessoas a argumentar que todas as características macrosociológicas da sociedade são uma composição intermitente do que ocorre nesses encontros. Contudo, para Goffman, essas argumentações são incompatíveis, pois confundem o situacional com o meramente situado. Não se pode apreender a macroestrutura extrapolando-se encontros sociais particulares entre pessoas. Em suma, “falar de formas relativamente autônomas de vida na ordem interacional (...) não é sugerir que estas formas são de alguma forma anteriores, fundamentais ou constitutivas do formato dos fenômenos macroscópicos” (Goffman 1982: 9).

No que tange à influência das estruturas sociais nas interações face a face, Goffman se pergunta: que princípios estruturais informam contatos rituais nas interações? Ou ainda, como as características da ordem da interação podem ser conectadas a estruturas sociais? Ao passo que uma resposta tradicional das Ciências Sociais é a de que rituais de interação são “uma expressão da estrutura social”, Goffman afirma que rituais sociais em pequena escala não são, simples e diretamente, expressão da estrutura social. Ela não determina essas interações, apenas ajuda a selecionar sua forma dentre os repertórios de ação disponíveis (Goffman 1982). Isso significa que os indivíduos em interação têm algum grau de agência para avaliar e decidir sobre os cursos de ação mais adequados, considerando-se o contexto estrutural. Nem uma relação de determinação direta, nem tampouco uma completa autonomia. Nesse sentido, Goffman esclarece que:

Em geral o que se encontra, na sociedade moderna pelo menos, é uma ligação não exclusiva – uma ligação frouxa – entre práticas interacionais e estruturas sociais (...) Ou uma

membrana selecionando como várias distinções sociais externamente relevantes serão manejadas na interação. (...) A dependência da atividade interacional de assuntos fora da interação (...) não implica em uma dependência da estrutura social (Goffman 1982:12)

Um bom exemplo de como Goffman percebia a influência das estruturas sociais nas interações face a face é sua discussão sobre o lugar que o indivíduo assume diante da fachada³. Nesse caso, é possível ver em que medida o nível de escolha e agência deste indivíduo está estabelecido:

Quando um ator assume um papel estabelecido geralmente verifica que uma determinada fachada já foi estabelecida para esse papel (...). Além disso se um indivíduo assume um papel que não somente é novo para ele, mas também não está estabelecido na sociedade (...), provavelmente descobrirá a existência de várias fachadas bem estabelecidas dentre as quais tem de escolher” (Goffman 1959: 34).

ORDEM DA INTERAÇÃO E DEFERÊNCIA

O papel que Goffman dá aos rituais e às cerimônias é elucidativo de sua compreensão de como a ordem da interação se mantém. De acordo com o autor, em ocasiões nas quais o indivíduo se apresenta diante de outros, seu comportamento tende a incorporar e exemplificar valores oficialmente reconhecidos pela sociedade (Goffman 1959). Essa representação, que ressalta os valores oficiais comuns da sociedade, pode ser considerada “à maneira de Durkheim e Radcliffe-Brown, como uma cerimônia, um rejuvenescimento e reafirmação expressivos dos valores morais da comunidade” (Goffman 1959: 41). Nesse sentido, as situações de relação face a face ou a ordem da interação tenderiam a reproduzir e a celebrar alguns valores morais da comunidade que seriam, pois, funcionais à sua manutenção e reprodução.

Em “The nature of deference and demeanor” (1956), Goffman retoma Durkheim e sua noção de representações coletivas para trabalhar com rituais de deferência. Se em Durkheim a personalidade individual pode ser vista como um fragmento do mana coletivo e os ritos de representação da coletividade social podem ser algumas vezes interpretados pelo próprio indivíduo, Goffman explora como ao indivíduo urbano e secular é alocado esse tipo de sacralidade que é demonstrada e confirmada em atos simbólicos (Goffman 1956). O autor tenta, portanto, demonstrar como a versão de Durkheim de psicologia social pode ser efetiva para observar a vida moderna.

Goffman argumenta que a sociedade estabelece “regras de conduta” de acordo

³ Fachada é definida por Goffman como a “parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (1959: 29)

com as quais o indivíduo deve agir, criando-se obrigações diretas e expectativas indiretas. Na maioria das situações, a obrigação de um corresponde à expectativa do outro. O autor observa, a partir de pesquisa com pacientes de um hospital psiquiátrico, que existem rituais de deferência, e que esses rituais têm função agregadora na sociedade. São, portanto, elementos de integração que podem ser interpretados pelo significado simbólico incorporado neles.

O indivíduo pode desejar, merecer, ganhar deferência, mas em geral a ele não é permitido dá-la a si mesmo, sendo forçado a buscá-las nos outros. Ao buscar deferência nos outros ele descobre que tem razão para procurá-la, e em contrapartida à sociedade é dada a garantia de que seus membros irão entrar em interação e relações uns com os outros. Se o indivíduo pudesse dar a si mesmo a deferência que ele deseja poderia haver uma tendência de desintegração da sociedade (Goffman 1956: 478)

A deferência nem sempre implica uma relação de submissão ou autoridade. Há em muitas sociedades deferências simétricas, em que indivíduos iguais se reverenciam mutuamente ou deferências que o superordinado deve ao subordinado (como no caso de padres). Contudo, no mais das vezes a deferência geralmente está ligada às relações de poder, como no caso estudado por Goffman, a deferência das enfermeiras em relação aos médicos (tratando-os por Doutor), ou a deferência dos pacientes em relação à equipe do hospital. Existem rituais de proscricção, nos quais a deferência implica evitar o contato direto ou intimidade com o outro, e os rituais de prescrição nos quais a deferência implica demonstrar explicitamente respeito, seja na forma de uma reverência ou verbalmente, na forma de tratamento, ou de várias outras formas, que variam conforme a sociedade (Goffman 1956).

As regras desses rituais geralmente são simétricas para equivalentes sociais e assimétricas para não equivalentes. Elas são definidas socialmente, de acordo com o que se estabelece como “regras de conduta” em determinada sociedade. Falhas na aplicação de atos de deferências apropriados podem trazer instabilidade e levar à insurreição e à realocação de tarefas e de relações de poder. As regras que orientam os rituais de deferência são aprendidas em cada grupo específico e exercem uma função central nesses grupos, qual seja, a de manutenção de sua integração. Essas observações de Goffman denotam a aproximação entre seu pensamento e o estrutural-funcionalismo e apontam para direções interessantes no que tange à sua concepção da relação entre ordem da interação e sistema social mais amplo.

A aproximação com o estrutural-funcionalismo é ressaltada pelo próprio Goffman em entrevista: “Eu acho que sou o que você chama de interacionista simbólico tanto como qualquer outra pessoa. Mas eu também sou um estrutural-funcionalista no sentido tradicional” (Verhoeven 1993: 318). Tal aproximação também é apontada por Trajano

(2008), que assinala que os trabalhos “Frame Analysis” e a coletânea de artigos intitulada “Forms of Talk” sistematizavam a preocupação constante de Goffman com a ordem da interação e reafirmavam “sua orientação estrutural-funcionalista (muito reformulada, é verdade) oriunda de Durkheim e Radcliffe-Brown” (Trajano 2008: 172).

As seções acima se dedicaram a discutir a relação entre a noção de ordem da interação e a perspectiva do estrutural-funcionalismo, e a analisar as implicações dessa relação para o lugar atribuído ao *self* no pensamento de Goffman, considerando sua maior ou menor capacidade de agência. A próxima seção trabalha a concepção de embaraço na obra de Goffman e discute como ela se relaciona com o que estamos chamando de “agência do *self*”.

EMBARAÇO E COERÇÃO SOCIAL

A discussão sobre a definição da situação está permeada por uma discussão mais ampla sobre o caráter coercitivo dessas definições e dos papéis a serem interpretados para que elas se mantenham. Esse tema vem sendo trabalhado de forma tangencial pelo debate sobre “embaraço” na obra de Goffman (Martins 2008; Goffman 1956; Schudson 1984; Schefer 2003). Alguns autores argumentam que a sociologia de Goffman se desenvolve em torno da ideia de embaraço. O embaraço seria, pois, uma parte central em seu pensamento (Schudson 1984). Os indivíduos estariam a todo tempo tentando evitar situações de embaraço causadas pela compreensão equivocada da definição da situação (Gastaldo 2008; Martins 2008).

Goffman (1959) aponta para algumas técnicas de manipulação da impressão por meio das quais o ator consegue representar um personagem com sucesso e evitar assim as situações de embaraço. Ao contrário de práticas que tenderiam a levar à ruptura, como gafes, intromissões inoportunas e cenas, algumas outras práticas são essenciais para a representação que garante a definição da situação. Existem os atributos e práticas defensivas, por meio dos quais as pessoas defendem sua representação. Estas envolvem lealdade, disciplina e circunspeção dramaturgica. Outra prática que garante a manipulação da impressão é a levada a cabo pelo público, a prática protetora, que implica a tendência discreta do público e dos estranhos de agirem de forma protetora, a fim de ajudar os atores a defenderem seu próprio espetáculo (como, por exemplo, por meio da desatenção discreta). Os atores, por sua vez, devem agir de forma a tornar possível a execução dessa ajuda oferecida pelo público, o que Goffman denomina como “o tato com relação ao tato”.

Quando essas estratégias dão errado ou quando se concebe de forma equivocada a definição da situação e se assumem papéis discrepantes com os esperados na interação, configuram-se situações de embaraço, vergonha e constrangimento. Ao definir mal uma situação, podemos nos expor ao vexame, que é uma forma fundamental de coerção social (Gastaldo 2008).

Para Goffman (1956), o embaraço tem a ver com expectativas não cumpridas.

“Os elementos do encontro social consistem em efetivamente se projetar demandas de um *self* aceitável e a confirmação destas demandas da parte dos outros” (Goffman 1956: 269). Quando essas demandas de representação não são aceitas ou são mal interpretadas, gera-se uma situação de embaraço, tanto para o indivíduo com comportamento discrepante como para o outro. A incompatibilidade de princípios organizacionais de diferentes sistemas sociais também pode levar a situações de embaraço para o indivíduo que transita entre eles. Ao passo que o indivíduo perde a compostura, pode ser que o sistema ganhe mais flexibilidade nessas situações (Goffman 1956).

Alguns autores trabalham com a ideia de que, no pensamento de Goffman, o embaraço teria um caráter de coação da ação (Martins 2008; Gastaldo 2008; Schudson 1984). O ator concebido por Goffman seria mais preocupado com o que tem a perder ou a evitar do que de fato com o que tem a ganhar. O medo do embaraço seria, portanto, o elemento central da experiência humana:

Para manter a continuidade da interação as pessoas aprendem a seguir regras e a observá-las com tato. A falha em interpretar os papéis com firmeza, a falha em obedecer as regras com tato, a falha em aprender os procedimentos e a sensibilidade para negociar pequenos erros levaria ao colapso do compacto social (Schudson 1984: 636)

Portanto, a manutenção da definição da situação e a adesão tanto ao papel quanto às regras seria de enorme importância para as pessoas, uma vez que poderiam evitar o embaraço – constante ameaça à interação social (Schudson 1984).

Martins (2008) também assinala a capacidade coercitiva do sentimento de embaraço: “a possibilidade latente de ocorrência (do embaraço) suscita uma atitude de coação nos indivíduos em seus encontros sociais de modo a evitar possíveis ações que possam ser consideradas problemáticas e contribuir para desacreditá-los socialmente” (Martins 2008: 140). O autor aponta ainda que a ruptura da ordem da interação leva também a sentimentos de desnorteamento, hostilidade e vergonha, além de uma sensação generalizada de confusão.

A dimensão de coerção do sentimento de embaraço também é ressaltada por Gastaldo (2008) que argumenta que o poder do vexame, da vergonha e do embaraço são formas fundamentais de coerção social. O autor retoma a categoria de coerção social de Durkheim para dizer que Goffman, um “durkheimiano convicto”, desenvolve seu ponto a partir dessa ideia de coerção social: “Nesse sentido Goffman afirma, analisando a intromissão desta forma de controle, que, na prisão da vida social, cada pessoa é seu próprio algoz, mesmo que alguns possam gostar de suas celas” (Gastaldo 2008: 151).

A ideia de que a coerção causada pelo medo ou a tentativa de evitar o embaraço cria uma espécie de “natureza humana” orientada pela minimização de riscos (Schudson 1984) tem algumas implicações para se pensar a agência do *self*. A noção de que as

ações dos indivíduos são constantemente coagidas pelo medo do embaraço implica um constrangimento significativo de sua capacidade de agência. Pode-se pensar que, se em todas as ocasiões de interação face a face o indivíduo busca sempre interpretar o papel determinado pela definição da situação por medo do embaraço, dificilmente haverá alguma mudança nessa ordem de interação. E nesse sentido cabe perguntar até que ponto essa interpretação – que coloca como elemento central da ação do *self* em interações face a face o poder de coerção do embaraço – dá conta de explicar mudanças na ordem de interação.

Uma aproximação da pergunta formulada acima pode ser visualizada a partir de uma das passagens em que Goffman (1959) discorre sobre a representação de papéis em ocasiões de interação face a face. Nesse momento, atuar de acordo com as idealizações significa representar ser não quem realmente se é, mas o que se espera socialmente de alguém naquele papel. O autor dá então o exemplo de uma mulher forte e inteligente que – de acordo com a definição da situação em ocasiões de encontros sociais como, por exemplo, o recebimento de visitas – pode mostrar-se menos inteligente que o marido e submissa a ele. A observação dessa interação em um determinado contexto (como, por exemplo, os Estados Unidos nos anos 1950) pode permitir a identificação de uma definição da situação na qual o papel representado pela mulher seja esse de submissão. Contudo, a observação da ordem de interação nesse mesmo contexto alguns anos mais tarde pode levar à identificação de uma outra definição da situação, na qual o papel da mulher não é mais o de submissão ao marido quando em interação com visitas, por exemplo.

Como explicar essa mudança na definição da situação a partir do poder coercitivo do embaraço? Fosse o *self* coagido pelo medo do embaraço em todas as situações de interação face a face, dificilmente a definição da situação poderia ser alterada como no exemplo acima. Contudo, como veremos a seguir, a obra de Goffman também apresenta exemplos nos quais indivíduos desafiam e tentam mudar a definição da situação quando esta os estigmatiza ou mortifica.

Em “Estigma” (1963) Goffman trabalha a noção de “comportamento desviante” para se referir ao comportamento de indivíduos estigmatizados que não aderem às normas ou que negam a ordem social (como prostitutas, viciados em drogas, criminosos, homossexuais, boêmios, gigolôs, artistas, entre outros). Contudo, como apontam Collins e Munro (2010), esse comportamento desviante é entendido sempre como um comportamento individual (não coletivo) e de exceção:

Elas (essas pessoas) são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; mostram um desrespeito evidente por seus superiores; falta-lhes moralidade; elas representam defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade (Goffman 1963: 155).

Em última instância, as pessoas de comportamento desviante seriam aquelas para as quais os esquemas motivacionais normais da sociedade não funcionariam. Ou seja, para as quais o medo do embaraço como possível constrangimento da ação também não funcionaria. Contudo, como veremos a diante, Goffman (1963) também apresenta situações em que a definição da situação é desafiada, o que no caso das situações sociais entre estigmatizados e “normais” pode fazer com que determinados atributos deixem de ser estigmas.

AGENCIA DO SELF

Considerando-se a discussão acima sobre a ordem da interação e os papéis que os indivíduos assumem nas relações de interação face a face, tendo em vista a estrutura social mais ampla, e sobre as situações de embaraço como possíveis constrangedoras do comportamento social e mantenedoras da definição da situação, é útil explorar qual o espaço dado à agência do *self* no escopo dessas noções. Em outras palavras, questiona-se em que medida pode-se dizer que a obra de Goffman dá margem para a concepção de um indivíduo que apenas “preenche” papéis determinados pela definição da situação – haja vista a capacidade de influência das características da estrutura social na formação de regras rituais nestas situações e em que medida sua obra possibilita a apreensão de um indivíduo mais ativo, que tem a capacidade não só de manipular a impressão a partir da interpretação de um papel congruente com a situação, mas sim de modificar a definição da situação quando esta lhe é desfavorável.

Argumentamos a seguir que a obra de Goffman dá espaço para apreender tanto um *self* que apenas preenche papéis como também um *self* com maior capacidade de agência, capaz de mudar a ordem da interação quando esta lhe for desfavorável. Fundamentamos o argumento acima a partir de exemplos retirados de “A representação do eu na vida cotidiana”, “Manicômios, prisões e conventos” e “Estigma”.

“A representação do eu na vida cotidiana” (1959) é uma obra que está preocupada em estudar como os indivíduos e as equipes fazem para manter, em larga medida, o status quo. Em outras palavras, como fazem para garantir a manutenção e a continuidade da definição da situação inicial, notadamente ressaltando e explorando estratégias para evitar situações como gafes, intromissões inoportunas e cenas, que poderiam levar à ruptura e ao embaraço, estratégias como o “tato com relação ao tato”, lealdade, disciplina, circunspeção dramática e desatenção discreta. São notáveis algumas passagens em que Goffman (1959) fala da necessidade dos indivíduos de “preencher” papéis esperados para garantir uma representação adequada: “o que parece ser exigido do indivíduo é que aprenda um número suficiente de formas de expressão para ser capaz de “preencher” e dirigir mais ou menos qualquer papel que provavelmente lhe seja dado” (Goffman 1959: 73)

Mas, por outro lado, as obras “Estigma” (1963) e, em menor medida, “Manicô-

mios, prisões e conventos” (1961) dão uma margem maior de agência aos indivíduos. Uma vez que trabalham com situações de relação face a face nas quais o *self* se encontra ameaçado, desacreditado, ou mortificado, esses livros permitem vislumbrar um espaço mais ativo ao *self*, que encontra estratégias para se defender.

Em “Manicômios, prisões e conventos” (1961), Goffman descreve o processo sistemático de mortificação do *self* ao qual é submetido o indivíduo. Ao entrar no hospital psiquiátrico, ele primeiramente perde sua privacidade. Há uma sujeição e uma desfiguração do *self* uma vez que todos os aspectos da vida do indivíduo passam a ser observados e controlados, destruindo por completo sua autonomia. Contudo, mesmo nesse ambiente de desfiguração completa do *self*, alguns indivíduos desenvolvem estratégias para recobrar, ainda que de maneira parcial, sua autonomia sobre si próprios. Algumas dessas estratégias são pequenas formas de burlar as regras, individualmente ou coletivamente, como obtenção de alguns privilégios – devido à boa relação com membros da equipe do hospital –, afastamento da situação, adaptação, táticas de intransigência ou até mesmo participação por meio da execução de pequenos trabalhos úteis para a instituição (como limpeza). A partir dessas estratégias, os internados conseguem reorganizar minimamente seu *self*, seja adaptando-se ou criando mecanismos que permitem uma certa “fuga” da realidade controlada do manicômio.

Nesse sentido, pode-se dizer que há, ainda que minimamente, uma agência do *self* na medida em que ele se engaja em práticas que lhe permitem burlar, em parte, a definição da situação na qual seu papel é o de dominado e desacreditado. Em última instância, ele precisa questionar, ainda que discretamente, a definição da situação na interação com a equipe do manicômio para recobrar sua autonomia e seu *self* mortificado.

Em “Estigma” (1963), Goffman trabalha a relação social entre o que ele chama de “pessoas normais” e pessoas que possuem algum atributo depreciativo, visível ou não, que socialmente passa a ser considerado um estigma. Devido a esses estigmas, os indivíduos, quando em interações face a face, podem ser discriminados e desacreditados por “pessoas normais”. E, em última instância, essa discriminação pode efetivamente reduzir as chances de vida desses indivíduos (Goffman 1963: 15).

Como resposta à situação de angústia e descrédito causada pelo estigma, os indivíduos podem adotar diferentes cursos de ação. Podem tentar corrigir sua situação de maneira indireta, dedicando um enorme esforço individual para o domínio de áreas consideradas fechadas para pessoas com seu defeito, como, por exemplo, a dedicação à prática de esportes. O estigmatizado pode também romper com aquilo que é chamado de realidade e tentar empregar uma interpretação não convencional do caráter de sua identidade social. Pode também ver as privações que sofreu como uma bênção secreta, acreditando que o sofrimento pode ensinar muito sobre a vida. E pode amenizar a sua situação reafirmando as várias limitações das pessoas normais. Essas são formas ativas de lidar com as situações de estigma, de forma a defender a autoestima do *self* quando

em interação com outros estigmatizados e com “pessoas normais”. Contudo, essas são estratégias levadas a cabo individualmente e, embora impliquem alguma agência do *self*, nem sempre levam a uma mudança mais ampla da definição da situação das interações face a face em que o estigmatizado é desacreditado pelas “pessoas normais”.

Goffman explora também algumas situações em que grupos de estigmatizados se organizam com o propósito não só de prover ajuda mútua, mas também de formular ações no sentido de mitigar a carga negativa de seu estigma diante da sociedade. Um exemplo é a luta da Liga Nova-Iorquina para Pessoas com Dificuldades de Audição para a utilização de um rótulo mais flexível, como “pessoas com dificuldade de audição” em lugar de “surdos” em discursos públicos e atividades de ensino. Pode-se dizer que há uma ação deliberada no sentido de modificar a definição da situação, o que, nesse caso, surtiu algum efeito uma vez que a cidade de Nova Iorque em geral começou gradualmente a usar o novo vocabulário (Goffman 1963: 34).

Pode-se dizer que alguns exemplos dados por Goffman nesta obra assinalam para uma maior capacidade de agência do *self*, notadamente no sentido de buscar alterar a definição da situação que lhe desacredita ou discrimina:

Quando, como no caso do divórcio ou da etnicidade irlandesa, um atributo perde grande parte de sua força como um estigma, ter-se-á presenciado um momento em que a definição prévia da situação é cada vez mais atacada, em primeiro lugar, talvez, nos palcos teatrais e, mais tarde, durante o contato misto (entre estigmatizados e normais) em lugares públicos, até que pare de exercer controle não só sobre o que é facilmente perceptível como sobre o que deve ser mantido como segredo ou deve ser penosamente ignorado (Goffman 1963: 148)

CONCLUSÃO

Por meio da discussão dos conceitos ordem da interação e embaraço, o artigo buscou analisar como a presença do estrutural-funcionalismo no pensamento de Goffman tem implicações para a capacidade de agência conferida ao *self* em sua obra. É importante observar que há tanto críticos que ressaltam a aproximação da obra de Goffman com o estrutural-funcionalismo com o propósito de apontar para o caráter conservador de sua obra, que priorizaria a estrutura e não o indivíduo:

Me levou um bom tempo para perceber que Goffman de fato sustentava uma perspectiva da ordem funcionalista, particularmente *Interaction Rituals, Behaviour in Public Places* e outros livros são realmente sobre a manutenção da ordem social. Você poderia pensar que seus livros sobre desvio e pessoas sujeitas a estigma estão olhando para isso do ponto de vista do oprimido, mas eles tem a atitude de que estas são causalidades da ordem social. Não é definitivamente protesto; e oferece pouco sinal de resistência. A resistência

individual é ocasionalmente descrita mas não tem nenhuma resistência de grupo em Goffman (Collins e Munro 2010: 550).

Nesse sentido, Collins (1986) argumenta que ele foi muito mais conservador do que geralmente o público pensa. Porque expôs o backstage do *self* e escreveu sobre embaraço, a maioria das pessoas teria pensado que ele era simpático à causa do indivíduo e crítico à falsidade da fachada da sociedade, mas, ao contrário, Goffman teria começado de um ponto de vista durkheimiano que entende a sociedade como primeira e considera o indivíduo como nada mais que um mito moderno (Collins 1986).

E há, por outro lado, críticos que assinalam que o *self* na obra de Goffman teria um lugar de destaque, o que conferiria a sua obra um caráter revolucionário e libertador. Schudson (1984), por exemplo, argumenta que Goffman é um defensor do *self*, e daí o caráter moralista e engajado de sua obra: “Goffman é tão moralista como analista, e um celebrante e defensor do *self* contra a sociedade em vez de, como pode ser esperado de um sociólogo que cita Durkheim, um celebrante da sociedade e das forças sociais” (Schudson 1984: 361). O autor retoma o livro “Estigma” para assinalar como, em momentos nos quais o *self* se encontra profundamente ameaçado e sem crédito, Goffman cria uma afirmação eloquente e apaixonada da dignidade e do valor do *self* e uma defesa de seu direito de resistir ao mundo social.

Também Scheffer (2003) afirma que a obra de Goffman tem um caráter revolucionário na medida em que quebra a superfície calma da vida cotidiana ao explorar como as pessoas interpretam papéis em situações de fachada e como criam identidades sociais em cada situação de interação face a face, temas que são tomados como naturais e não problematizados pelas pessoas normalmente. A obra de Goffman teria então o mérito de “desafiar a santidade da vida cotidiana ao inferir que ela, como qualquer outra instituição social, é construída” (Scheff 2003: 61).

Ao encontro de Martins (2008), argumentamos que, ao mesmo tempo que é possível identificar nas análises de Goffman que os indivíduos são em larga medida controlados e determinados por forças sociais (instituições, papéis sociais, contextos situacionais, entre outros), eles também procuram preservar sua autonomia pessoal diante do poder das forças estruturais. Isso significa que “a presença das circunstâncias institucionais e estruturais no desenvolvimento da ação social não elimina o papel ativo que os indivíduos exercem no interior da vida social” (Martins 2008:143).

A partir do material revisado neste trabalho, é possível constatar que o tema da “agência do *self*” possui muitos matizes e deve ser tratado com cuidado na obra de Goffman uma vez que ela dá espaço para diferentes interpretações sobre o papel do indivíduo e da sociedade no nível de análise a que se dedica, qual seja, as interações face a face. Se, por um lado, Goffman reivindica explicitamente uma influência do estrutural-funcionalismo em seu trabalho, por outro lado, ele também trabalha exaustivamente o indivíduo, em suas múltiplas facetas e em suas micro-relações sociais. Para entender o

amplo espectro de possibilidades no que se refere à capacidade de agência do *self* na obra de Goffman, há que se considerar também a influência da psicologia social de George Herbert Mead, apontada pelo próprio Goffman (Verhoeven 1993: 20), não apenas em sua obra como em toda a sua geração da Escola de Chicago. Pode-se pensar que é tributária dessa influência a própria concepção de Goffman sobre o *self*. A noção relacional de Mead a respeito da formação do *self* como resultado de um processo de interação do indivíduo com a sociedade (na forma de normas e regras que organizam as atitudes esperadas dos outros) se aproxima das ideias de Goffman sobre a relação entre a estrutura social e o papel interpretado pelos indivíduos nas interações face a face.

Olhando para essa proximidade entre Goffman e Mead, assinalada também por Silva (2007), é possível compreender por que, a despeito da importância dada à coerção social e ao sentimento de embaraço, há na obra de Goffman espaço para apreender o *self* como agente de mudança. Se voltamos à descrição de Mead sobre como é composto o *self*, podemos identificar a reflexividade presente no indivíduo, que tem consciência das atitudes dos outros em relação a ele (ME) e que também age em resposta a essas atitudes (I). É nesse processo de conversação interna entre o I e o ME que se constitui o *self*. A constituição do *self* é um processo no qual o indivíduo está continuamente se ajustando de antemão à situação a que pertence e reagindo a ela (Mead 1934).

A mudança social seria então possível pela ação de indivíduos que, ao se sentirem desfavorecidos em determinadas situações, se levantam, colocando o I à frente da expressão do ME. Mead atribui esse papel de mudança a pessoas de grande caráter, que mudaram as comunidades a que pertenciam, individualmente ou em grupos.

Resgatando essa concepção do *self* em Mead, por quem o próprio Goffman alega ter sido influenciado, é possível entender por que na obra do último aparecem tanto indivíduos que “preenchem” papéis e seguem rituais, como os de deferência, orientados pela tentativa de evitar o embaraço, como indivíduos ativos que resistem em defesa da autonomia de seu *self* e lutam para alterar a definição da situação que lhes mortifica ou discrimina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COLLINS, Randall; MUNRO, Roland. 2010. "Exploring the sociological re-imagining of politics: a conversation". *The Sociological Review*. Vol. 58, No. 4, pp. 548-562.
- COLLINS, Randall. 1986 "The Rising of Intellectual Generations: Reflections on the Death of Erving Goffman." *Sociological Theory*. Vol. 4, No. 1, pp. 106-113.
- DENZIN, Norman K; KELLER, Charles. 1981. "Review: Frame Analysis Reconsidered. Reviewed work(s): *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience* by Erving Goffman". *Contemporary Sociology* Vol. 10, No. 1, pp. 52-60.
- FINE, Gary Alan; MANNING, Philip. 2000 "Erving Goffman". In: RITZER, George. *The Blackwell Companion to Major Social Theorists*. Wiley-Blackwell, 800pp
- FREIDSON, Eliot. 1983. "Celebrating Erving Goffman". *Contemporary Sociology*, Vol. 12, No. 4, pp. 359-362
- GASTALDO, Édison. 2008. "Goffman e as relações de poder na vida cotidiana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23, No. 68, pp. 149-153.
- GOFFMAN, Erving. 1963. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- _____. 1961. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. 1959. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. 1982 "The Interaction Order". American Sociological Association, 1982 Presidential Address. *American Sociological Review*, Vol. 48, No. 1, pp. 1-17
- _____. 1981. "A Reply to Denzin and Keller." *Contemporary Sociology*, Vol. 10, No. 1, pp. 60-68
- _____. 1956a. "Embarrassment and Social Organization". *American Journal of Sociology*. Vol. 62, No. 3, pp. 264-271 Citado nas páginas 11 e 12. As referências do mesmo ano foram diferenciadas entre "a" e "b"
- _____. 1956b. "The Nature of Deference and Demeanor". *American Anthropologist*, New Series, V. 58, No. 3, pp. 473-502
- _____. 1978. "Response Cries". *Language*, vol. 54, No. 4, pp. 787-815.
- _____. 1976. "Replies and Responses". *Language in Society*, Vol. 5, No. 3, pp. 257-313
- _____. 1974. *Frame Analysis: an essay on the oerorganization of experience*. Harvard: Harvard University Press.
- JACOBSEN, Michael. 2010. "Goffman Through the Looking Glass: from "classical" to contemporary Goffman". In: JACOBSEN, Michael. ed; *The Contemporary Goffman*. Routledge Studies in Social and Political Thought. New York: Routledge, 396 pp.
- MARTINS, Carlos Benedito. 2008. "Nota sobre o sentimento de embaraço em Erving Goffman," *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23, No. 68, pp. 137-144.
- MEAD, George Herbet. 1934. "Mind, self, and society: From the standpoint of a social behaviorist".

Chicago: University of Chicago Press.

- SCHEFF, Thomas. 2003. "The Goffman legacy: deconstructing/reconstructing social science". In: TREVIÑO, Javier (ed.). *Goffman's Legacy*. Oxford: Rowman and Littlefield Publishing Group. pp. 50-71
- SCHUDSON, Michael. 1984. "Embarrassment and Erving Goffman's Idea of Human Nature". *Theory and Society*, vol. 13, No. 5, pp. 633-684
- SILVA, Pedro Vinicius Baptista. 2007 "Goffman, discípulo de Mead?". *Intermeio*, v. 13, No. 25, pp.116-134.
- THOMAS, William. 1936. "The comparative study of cultures". *American Journal of Sociology*. Vol. 42, No. 2, pp. 177-185.
- TRAJANO FILHO, Wilson. 2008. "Goffman em África e entre músicos: reflexões sobre a influência de sua obra". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23, No 68, pp. 167-176.
- VELHO, Gilberto. 2008. "Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23, No. 68, pp. 145-148.
- VERHOEVEN, Jef. 1993. "An interview with Erving Goffman, 1980". *Research on Language and Social Interaction*. 23 (3), pp. 317-348.

ABSTRACT

The article analyses the influence of structural functionalism in Goffman's thinking through the discussion of two central themes in his work: interaction order and embarrassment. The aim is to assess to what extent the presence of structural functionalism in his work affects the agency capacity attributed to the self through the discussion of the following questions. Is the role of the self only to reproduce broader social structures, or has the self the capacity to produce change in the definition of the situation and in the interaction order? We argue that in Goffman's work the-

re is the possibility of apprehension of a self capable of a great deal of agency, such as in Stigma (1963), where some individuals assume social identities that seek to define the situation in a less stigmatizing way for them, conferring other, less negative, interpretations to their stigma in the interaction order. But there is also space, in Goffman's work, to apprehend the self as one that just reproduces social conventions while fulfilling roles in conformity with the definition of the situation, thus preventing embarrassment situations.

KEYWORDS

Goffman, agency, self, embarrassment, interaction order.

SUBMETIDO EM

Fevereiro de 2012

APROVADO EM

Setembro de 2012

CAMILA PENNA DE CASTRO

Possui graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2006), mestrado em Ciência Política pela Universidade de Brasília (2009) e está em fase de conclusão do Doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2013). Tem experiência de pesquisa na área de participação política, movimentos sociais, relações Estado-sociedade civil e etnografia institucional. Tem publicações em periódicos nacionais e internacionais na área de Relações Internacionais, Ciência Política e Sociologia. É membro da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e da International Sociological Association (ISA). Atualmente está concluindo uma tese sobre o INCRA e sobre a relação entre a autarquia e os movimentos sociais de luta pela terra.

Contato: camilapenna2003@yahoo.com.br